A INAUGURAÇÃO DA INOCÊNCIA.
UMA ESTRATÉGIA DO DISCURSO DO PODER:
A ALTERAÇÃO DO ALGORITMO NARRATIVO

J.L. Fiorin

"Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potencia a vossa !
Todo o sentido da vida
principia à vossa porta."

1 - Introdução

O discurso do poder procura mascarar a realidade, ocultando o ser do poder por meio de diferentes recursos narrativos e discursivos. Com isso, tenta dar um conteúdo ético ao fazer do poder, que é essencialmente a-ético, uma vez que o valor sobre o qual se funda o poder é a sua própria existência.

O discurso do poder não pode, porém, assumir, com toda a crueza, a ideologia da dominação, ou se ja, a ideologia que erige em valor a existência, e funda-se, assim, em não-valores¹. Essa impossibilidade decorre do fato de que a dominação poderia ser posta em xeque pelos dominados, se estes entendessem os fundamentos do fazer dos dominantes. Por isso, há a busca de uma dimensão ética para um fazer a-ético. Isso não quer dizer, porém, que, muitas vezes, o discurso, quando falham os mecanismos de ocultação, não deixe ver a sua verdadeira face: o seu valor é a sua existência.

A análise do discurso do poder exige do analista acuidade para perceber as astúcias desse discurso. Não pode o analista contentar-se em descrever os mecanismos narrativos e discursivos, mas deve ajudar a desmistificar os engodos desse discurso, para mostrar os mecanismos que engendram a falácia semântica. Por isso, não pode considerar o texto uma autarcia, mas deve vê-lo a fio de um dos pólos de um diálogo, onde um texto reproduz outro ou entra em conflito com outro.² Aprendendo o texto como um lugar de trocas enunciativas, a análise permitirá que a história se insira no discurso*³. Pelo confronto de discursos

produzidos em “lugares sociais” diferentes, é possível pôr a nu os mecanismos de ocultação da realidade que presidem à estruturação do discurso do poder. Transformando o monólogo dos dominantes em diálogo entre dominantes e dominados, pode-se revelar a mentira que sustenta o discurso da dominação.

A luta de classes expressa-se na e pela linguagem. Assim, as diferentes classes em confronto manifestam discursos que estão em relação de contraditoriedade. É preciso perceber, na prática analítica, essa relação, para poder desvendar os mecanismos semio-narrativos e discursivos que procuram deixá-la latente. A análise do discurso da dominação é uma tentativa de mostrar que a mentira não é senão falsidade e de desvelar o segredo, que o discurso pretende manter, fazendo com que a verdade venha à luz.

Neste trabalho, intentar-se-á descrever um dos mecanismos de que se serve o discurso de poder para tornar ético o seu fazer.

2- A fábula: um discurso que descasca o discurso.

A fábula é tradicionalmente dividida em duas partes: a história e a moral⁴. A primeira é figurativa; a segunda, temática. Esta serve para fixar “o verdadeiro sentido” daquela. A história tem como atores seres não-humanos. O narrador, entretanto, por meio de mecanismos semânticos, como, por exemplo, a seleção de temas e figuras, desqualifica os atores como não-humanos e qualifica-os como humanos. Assim, a fábula pode ser lida sobre duas isotopias.

O caráter principal da fábula, no entanto, reside em seu caráter dialógico, que coloca dois discursos em confronto, para deixar patentes os mecanismos semio-narrativos e discursivos que engendram falácias semânticas. A moral reitera o caráter ardiloso de um dos discursos. Por isso, a fábula tem um caráter metalinguístico. Ela é sempre uma análise de discurso. Oferece um vasto material ao analista para estudar o discurso que

oculta o real. Ela descasca o discurso, exibindo as suas entranhas e ajudando a destruí-lo*

Cada fábula é o desvelamento de um mecanismo de engendramento de sentido e, nisso, reside o seu caráter exemplar. O discurso do poder, por ser um monólogo e, por conseguinte, não permitir que aflore, em seu interior, a "luta discursiva", não deixa que se perceba o seu "segredo" e, por isso, exerce, com eficácia, o seu papel persuasivo*

3. A fábula "O lobo e o cordeiro" •

A fábula narra a ação do lobo e do cordeiro • Ambos, destituídos em relação à "sede", deslocam-se para um rio a fim de dessedentarem-se. Mostra ainda a localização espacial dos dois: o lobo estava no alto em relação à correnteza e o cordeiro no, abaixo. Em seguida, começa a contar o que nos interessa: o PN da morte.

O lobo é manipulado pelo seu "instinto de voracidade", que é o destinador da manipulação. Sua competência para matar o cordeiro é dada, pois ele é mais forte do que este, tendo, portanto, um poder inato, no sentido de que ele nasceu possuindo já esse poder. Este pressupõe um saber-fazer. A performance do lobo é operar* uma disjunção entre o sujeito de estado "cordeiro" e o objeto-valor "vida", para que, assim, o sujeito de estado se transforme em "alimento", com o qual entrará em conjunção o lobo. O "alimento" é a figura da "vida". Reside, nesse fazer, a dimensão polêmica da narrativa, ou seja, a uma operação transitiva de desapossamento da "vida", em que o "lobo" é o sujeito operador e o "cordeiro" é o sujeito de estado, corresponde uma operação reflexiva de apropriação da "vida", em que o "lobo" é sujeito de estado e sujeito operador. Dessa forma, a fábula centra-se em uma luta entre dois sujeitos.

No entanto, a importância dessa fábula como desmascaramento discursivo reside no que está entre a manipulação e a performance. O lobo, querendo ocultar as razões da sua perfor -

mance, ou seja, o real manipulador da sua ação (o "instinto de voracidade") , começa a agir como destinador da sanção e quer persuadir o cordeiro de que não exerce senão esse papel actancial. O lobo deseja alterar o algoritmo narrativo, transformando a sua performance em sanção, abandonando o papel actancial de sujeito operador e assumindo o de destinador da sanção. Se aconvencesse o outro de que a sua performance é sanção,teria si do capaz de dar a ela um conteúdo ético.

Por isso, começa a dizer que o cordeiro sujara a água que ele haveria de beber. A ação do cordeiro seria a performance, enquanto a sua ação seria um castigo (sanção negativa) para o sujeito operador "cordeiro". O cordeiro mostra, utilizando-se de um dos mecanismos da sintaxe discursiva, a impossibilidade de ele ter realizado a ação que lhe imputava o lobo. Simplesmente, a sua ação não poderia ser espacializada, uma vez que a água corria do lobo para ele. Diz a fábula que o lobo foi repellido pela força da verdade. Essa força manifesta-se no momento em que o cordeiro assume o papel actancial de sujeito de um fazer persuasivo e deixa de ser mero sujeito de um fazer interpretativo. O que permite a troca de papéis actanciais é a estrutura dialógica da fábula.

O lobo volta à carga com o mesmo procedimento narrativo. Afirma que há seis meses o cordeiro falara mal dele. O cordeiro, usando outro mecanismo de sintaxe discursiva, destrói a segunda tentativa de discursivização efetuada pelo lobo. A sua performance não poderia ter ocorrido porque não seria possível temporalizá-la, uma vez que ele não tinha seis meses de idade.

Em algumas versões da fábula, mas não nesta que estamos utilizando, o lobo intenta uma terceira vez modificar o algoritmo narrativo. Assevera que foram os irmãos do cordeiro que executaram a performance antes atribuída a ele. O cordeiro, pela terceira vez, utilizando outro mecanismo da sintaxe discursiva, desfaz o ardil do lobo. A performance não poderia ser discursivizada por impossibilidade actorial, uma vez que o cordei

ro não tinha irmãos. ~

O lobo não se dá por vencido. Discorsivamente a performance com um 'Stor, que, por necessidade lógica, teria que existir (o "pai"), num tempo e num espaço indeterminados. O cordeiro não poderia negar a performance por falsidade actorial, espacial ou temporal. O lobo, então, estraçalharo, assassinando-o contra toda a justiça.

A moral refoiça o sentido dizendo que a fábula visa àqueles que, sob falsos pretextos, oprimem os inocentes.

A fábula, em seu propósito de desnudar os mecanismos de engendramento de sentido, mostra não só a tentativa de desfiguração do algoritmo narrativo, mas também os caminhos para desmistificá-la: demonstrar a falsidade na actorialização, na espacialização ou na temporalização. Insistimos no fato de que a fábula só pôde realizar o seu desígnio por sua estrutura dialógica: a uma fala do lobo contrapõe-se uma do cordeiro. A segunda destrói a primeira, aclarando a sua falácia.

4. O uso do mecanismo de alteração do algoritmo narrativo no discurso do movimento militar de 1964.

O golpe de 1964 desencadeou intensa repressão em todos os setores da sociedade. Ela desenvolveu-se em dois níveis complementares: de um lado, procurou-se eliminar a contestação ao regime por meio das prisões arbitrárias, das torturas, das cassações, das aposentadorias e demissões, das intervenções nos sindicatos, etc.; de outro, tentou-se ocultar da sociedade, pela censura, tanto a face real do regime como os sinais de oposição ao estado de coisas implantado no país. Ao mesmo tempo, apresentou-se à sociedade um discurso oficial que pretendia ser a "verdadeira" leitura da realidade. O equipamento verbal do poder tem, então, a finalidade deliberada de mascarar o real, ocultar os conflitos e as contradições, e estabelecer o monólogo, ao tentar erigir como único um dos pontos de vista sobre a realidade brasileira. Seu escopo é apagar a pluralidade

de de enunciado res e estabelecer um único enunciador, de que to dos os outros seriam meros repetidores. Sua finalidade *'e* abolir o sentido, pois este se funda na diferença.

Um dos mecanismos de largo uso no discurso "revolucionário" é a alteração do algoritmo narrativo. A ditadura oculta as causas reais da sua performance, transformando, em seu discurso, a performance em sanção. À semelhança da fábula do lobo e do aordeiro, o governo não é responsável pelo que faz. A sua ação é uma sanção ao fazer de "corruptos e subversivos". Como na fábula, qualquer argumento serve para quem detém a força. O fazer do governo deriva da radicalização das oposições, do fato de o povo não saber votar, etc°.

Exemplar, nesse sentido, *'e* o discurso proferido pelo General Ernesto Geisel, no dia 12 de abril de 1977» através de cadeia nacional de rádio e televisão, anunciando o recesso do Congresso Nacional. Diz que determinara o recesso do Congresso, porque os partidos de oposição tinham-se recusado a votar a fa vor da emenda constitucional, que estabelecia reformas no poder judiciário. Afirma que os oposicionistas estavam querendo implantar uma ditadura da minoria, no âmbito do Legislativo, uma vez que a ARENA, partido do governo, era numericamente majoritária no Congresso .⁷

A Cbnstituição, outorgada pela Junta Militar que governou o país em 1968, determinava, no entanto, ao contrário do que estabelecia a Constituição anterior, que uma emenda constitucional só seria aprovada com os votos favoráveis de 2/3 dos congressistas. Note-se que a Constituição fora outorgada pela Junta e não fbra votada pelo Congresso. Esse disposit-ivo fo ra introduzido para que a oposição, mesmo conseguindo eleger a maioria dos parlamentares, não pudesse alterar a Constituição. Em 1977, essa razão foi convenientemente esquecida. O governo brada contra a ditadura da minoria, quando foram os próprios mi litares que estabeleceram a possibilidade de 1/3 dos congressistas mais um impedirem as alterações constitucionais. Ademais , os oposicionistas só votaram contra a reforma constitucional o-

riunda do Executivo, depois de intensas negociações. Nelas, os oposicionistas desejavam apenas exercer o seu direito constitucional de introduzir emendas no projeto do governo.

Que a vstação da reforma do judiciário não passa de um pretexto oomprova-o o fato de que as reformas constitucionais outorgadas pelo General Geisel incluíam a criação dos chamados "senadores biônicos" e o aumento da duração do mandato do Presidente da República. Nessa ocasião, também foi baixado o quorum para reformar a Constituição. Em 1982, quando o governo estava prestes a perder a maioria parlamentar, os congressistas do partido governista elevaram novamente o quorum, necessário - para- emendar a Constituição, para 2/3.

No caso do discurso que está sendo analisado, a performance oposicionista (estabelecimento da ditadura da minoria) não poderia ser discursivizada por incompatibilidade actorial, uma vez que quem exerceu a performance foram os membros da Junta militar.

O discurso do poder não se preocupa, porém, com essas incompatibilidades. Quer demonstrar que a falha é sempre do outro e que o castigo infligido não só é merecido, mas que o governo lamenta fazê-lo. As ditaduras justificam o seu fazer, mudando o algoritmo narrativo: a sua performance torna-se sempre a sanção de um PU alheio.

Todo o discurso "revolucionário" é a interpretação de um PN canônico aplicado a cada PN hic et nunc. Essa interpretação consiste em culpabilizar o oponente e em negar toda a responsabilidade do sujeito operador, tornando o seu fazer a expressão de uma "justiça impessoal"

O grande responsável pelo fazer, no discurso da "revolução", é o comunismo. É, em sua qualidade de delegado, dispondo apenas de um mandato imperativo, dado, segundo o discurso, pelo povo brasileiro, que o governo pode declarar a si e aos outros a sua inocência. A guerra interna, que atinge "corações e mentes"¹⁰, e a manifestação social do anti-destinador universal, o comunismo. É esse anti-destinador, conforme pretende mostrar

-nos o discurso, que prescreve os PNs válidos para todos* A não-conformidade do PN de alguns em relação ao canon toma-se falta punível pela justiça transcendente encamada pelo governo ¹¹.

Aprofundemo s um pouco a questão do PN canônico e da performance imputada ao oponente. O discurso do poder diz que as ações de repressão realizadas contra os oponentes são uma sanção negativa ao sujeito operador de urna performance realiza da contra a pátria ¹². Denominar "traidor" o oponente é o resultado de um fazer interpretativo realizado por ¹ sobre o PN de Sg. A leitura efetuada por S.[^] (governo) mostra um programa narrativo canônico, que não "G" "senão uma ' verossimilhança sócio-cultural' , senão uma organização in abstracto, previsível e esperada, porque convencional, isto é, sintagmáticamente estereotipada, dos comportamentos humanos e dos acontecimentos. Esse esquema sintagmático canônico, erigido em modelo de comportamento, é então suscetível de ser aplicado a um grande número de situações concretas." ¹³ O esquema canônico prevê que, em tempo de guerra, ir contra o comando é trair, pois "e ajudar o inimigo. É esse cañon que vê, em todos os movimentos de oposição, o "dedo de Moscou" e, em todos os desejos de mudança, subversão*

Esse fazer cognitivo tem repercussões sobre o fazer pragmático, pois, com a alteração do algoritmo narrativo, justifica-se toda a repressão contra as oposições. Como esse fazer cognitivo não repousa em fatos, uma vez que, no sentido de notado do termo, o Brasil nunca esteve em guerra com a União Soviética, mas fundamenta-se na ideologia daquele que interpreta, ou seja, num sistema de valores, que se manifesta num conjunto de PNs canônicos, que dão verossimilhança narrativa à ideologia, a narrativa pressuposta pelo axioma ideológico é correta, mas não é verdadeira. Da correção do referente interno provém a sua capacidade de apreeentar-se como verdadeira. Como todo o raciocínio presente do discurso "revolucionário", a classificação do fazer dos oponentes como "traição" e da ação do governo como sanção é uma interpretação dedutiva, pois não é

senão a aplicação de um axioma ideológico (o da existência de uma guerra total entre "comunismo e democracia") a um caso particular. Aceitar esse axioma implica admitir a alteração do algoritmo narrativo.

Por que precisa o discurso da alteração do algoritmo narrativo e, mais especificamente, por que necessita da classificação do fazer do governo como uma sanção ao fazer de um traidor ?

O herói, para ser herói, tem necessidade do traidor

que é, assim, de certa maneira, o seu adjuvante objetivo¹⁴ Um duplo PN apresenta-se no texto e o PN de completa o de" S_2 S_1

Como o golpe de 64 não pode revelar o seu caráter de classe, deve colocar-se como um movimento de toda a nação. Por isso, o herói da pátria toda só pode assim aparecer se houver um traidor real ou imaginário da pátria. É por isso que toda ditadura latino-americana justifica-se pela iminência de perigos que ameaçam a pátria. Quando a existência do perigo comunista perde credibilidade, aparecem umas "Malvinas" para justificar a existência de heróis.

Ademais, dizer que perigos ameaçam a nação significa mobilizar todo o povo em função de um mito, aquecer o medo de uma classe média temerosa de tudo e de todos. A alteração do algoritmo narrativo serve para captar o apoio da população para o fazer do governo, pois todas as medidas tomadas contra os outros, por mais cruéis ou brutais que sejam, são moralmente justas, uma vez que o governo apenas sanciona uma performance. Com isso, um perverso fazer a-ético, que visa apenas o manter o poder, assume um conteúdo ético. Essa inauguração da inocência é feita para ludibriar os dominados, para que as situações de opressão e de espoliação das classes subalternas possam continuar a repetir-se indefinidamente.

NOTAS

V

1. Greimas, A.J. - Maupassant, La sémiotique du texte: exercices pratiques., Paris, Seuil, 1976, pp. 186-187.
2. Bakhktine, Mikhail - Le principe dialogique. Paris, Seuil, 1981, p. 98.
3. Maingueneau, Dominique - Dialogisme et analyse textuelle. Paris, Documents du Groupe de Recherches Sémio-linguistiques, IV, 32. 1982, p. 7.
4. A reflexão feita nesta parte originou-se de idéias expostas por Alceu Dias Lima em trabalho apresentado em reunião do Centro de Estudos Sercióticos "A. J. Greimas.", em maio de 1983. Alceu Dias Lima contesta, com muita propriedade, a tradicional divisão da fábula em duas partes.
5. Phèdre - Fables. Paris, Les Belles Lettres, 1961, pp. 1-2.
6. Castello Branco, H. A. - Discursos: 1964, p. 236; Discursos: 1965, p. 287*, Discursos: 1966; pp. 321, 369, 393, 396; Geisel, E. - Discursos: 1974, pp. 24-25; 119-120, 121-122.
7. Discursos: 1977. Brasília, AERP, 1978, pp 77-83.
8. Castello Branco, E.A. - Discursos: 1965, pp. 113, 180; Discursos: 1964, pp. 102; 109-111; 224.
9. Castello Branco, H.A. - Discursos: 1964, p. 15.
10. Medeiros, E.G. - Nova consciência do Brasil, p. 80.
11. Castello Branco, H.A. - Discursos: 1964, pp. 101-104, 125 ; Discursos: 1965, p. 9; Discursos: 1966, pp. 357-358j 362.
12. Medeiros, E.G. - Nova consciência do Brasil, p. 81.
13. Greimas, A.J - Maupassant, p. 181.
14. Id., ibid., p. 259.

José Luiz Fiorin

Inst. de Letras, C. Sociais - UNESP

UNESP - São Carlos